

## Expansão da comunicação científica e exigências de normalização

Face ao crescimento exponencial da produção científica mundial, notadamente desde o século XIX, surgiram exigências de padronização na apresentação e veiculação das informações dessa natureza. As convenções construídas progressivamente pela ciência da informação constituem elementos fundamentais de uma linguagem técnica que possibilita a comunicação científica, favorecendo a identificação, localização, consulta e até a análise de um documento. A tendência atual aponta para a ampliação das publicações eletrônicas, cujas características de acessibilidade e interconectividade multiplicam as oportunidades de intercâmbio. Mas, para que isso efetivamente ocorra, é imprescindível a adoção das recomendações normativas.

Dentre elas, é possível destacar a normalização bibliográfica, que inclui, entre outros parâmetros, a legenda bibliográfica (título, local, volume, número, páginas inicial e final), a ficha catalográfica (contendo dados essenciais da publicação), o ISSN (International Standard Serial Number), as normas de publicação e a listagem de referências bibliográficas.

No caso específico das normas das publicações periódicas, são fornecidas instruções precisas sobre a preparação dos manuscritos (por exemplo, configuração da página, tamanho da fonte), as categorias de artigos publicados (relato de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiência, resenha etc.), os cuidados éticos (como, por exemplo, a autorização de um comitê de ética em pesquisa), as regras para submissão (número de vias do manuscrito, carta ao editor, entre outros) e os procedimentos para avaliação dos textos (revisão cega pelos pares, prazos etc.).

Desde seu lançamento, em dezembro de 1995, a equipe de *Linhas Críticas* optou por adotar o sistema da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que vem estabelecendo convenções desde 1940. Considerando tais necessidades de padronização para que a comunicação científica seja otimizada, elaborou-se uma versão mais detalhada das Normas para publicação (p. 327) e sua tradução para a língua espanhola (p. 328).

É importante salientar, também, que, em razão do aumento do fluxo de submissão de manuscritos, desde o ano passado o Comitê Editorial de *Linhas Críticas* vem solicitando a colaboração especializada de consultores *ad hoc* (p. 216). Esta cuidadosa contribuição complementa o trabalho de avaliação do Conselho Editorial, aperfeiçoando a difusão de artigos de qualidade.

Informo, ainda, que este volume está sendo parcialmente financiado pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq (Ministério da Ciência e Tecnologia), o que permite efetivar melhorias e inovações no projeto editorial de *Linhas Críticas*. Dessa maneira, este periódico contribuirá com mais propriedade para a disseminação do conhecimento na área da educação.

O presente número é constituído por nove artigos e um relato de experiência.

Décio Azevedo Marques de Saes e Maria Leila Alves, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Metodista de São Paulo, analisam aspectos relacionados a conflitos sociais e funcionais vividos pelos alunos e profissionais da escola pública.

Maria Lucimar Miranda de Albuquerque, da Universidade Federal do Ceará, pesquisa as estratégias de luta e de construção coletiva de escolas comunitárias face à omissão do Estado em relação ao ensino público em favelas brasileiras.

A vida cotidiana e a docência universitária são articuladas por um grupo de sete pesquisadores da Universidade de Brasília, estabelecendo relações entre conceitos desenvolvidos pelos autores contemporâneos Certeau, Heller e Lefebvre.

O conceito de inclusão de alunos com diagnóstico de deficiência mental leve é minuciosamente analisado pelas pesquisadoras Júlia Cristina Coelho Ribeiro e Silviane Bonacorsi Barbato, da Universidade de Brasília.

Maria Ilse Rodrigues Gonçalves, da Universidade Estadual de Minas Gerais, estuda as contribuições dos teóricos Piaget, Vigotski, Ausubel e Papert, aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem, mediante a utilização de novas tecnologias.

Maria Goreti Amboni Stadtlober, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, examina ambientes virtuais de aprendizagem, enfocando, em particular, a superação das dificuldades decorrentes da dislexia.

Geida Maria Cavalcanti de Sousa, da Universidade de Pernambuco, relata sua investigação de perspectiva fenomenológica sobre a dimensão afetiva no processo ensino-aprendizagem de alunos de graduação.

A cultura de paz para recuperação de jovens infratores é o ponto-chave da análise do projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos”, enfatizado por Rosângela Azevedo Corrêa, da Universidade de Brasília e do Centro de Ensino Unificado de Brasília.

A importância da educação emocional na construção pessoal, profissional e social é tratada por Saturnino de la Torre, da Universidade de Barcelona, Espanha, a partir de reflexões sobre objetivos, conteúdos e avaliação de um currículo que inclua a aprendizagem emocional.

Finaliza este número o relato de experiência, elaborado por Ângela Maria Chagas Villasuso Lago e Julianna Emma Radvany Florez, da Unifmu e da PUC-SP, sobre a atuação do psicólogo organizacional, destacando a abordagem psicodramática.

Antônio Villar Marques de Sá  
Editor